



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO E O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA (1990-2010)**

WANG CONGXI

OUTUBRO - 2022



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO E O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA (1990-2010)**

WANG CONGXI

ORIENTADOR:
LUÍS MAH

OUTUBRO - 2022

GLOSSÁRIO E SIGLAS

- FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.
- FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
- FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- MI – Ministério da Integração Nacional.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano.
- PBF – Programa Bolsa Família.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- PNB – Produto Nacional Bruto.
- PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PPA – Plano Plurianual.
- PROMESO – Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais.

RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

O desenvolvimento regional desequilibrado é um problema comum encontrado pelos países em desenvolvimento. O Brasil, segunda maior economia das Américas e a maior da América Latina, também enfrenta esse problema. Como uma das regiões menos desenvolvidas do país, a região nordeste do Brasil tem apresentado rápido desenvolvimento nos últimos anos. Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), esta dissertação estuda a evolução do IDH no Brasil como um todo e na região Nordeste nos 20 anos de 1990 a 2010, e a articulação entre as políticas de desenvolvimento regional formuladas pelo país e o rápido desenvolvimento da região nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional; Brasil; Desequilíbrio; IDH; Políticas Públicas; Bolsa Família.

ABSTRACT AND KEYWORDS

Unbalanced regional development is a common problem encountered by developing countries. Brazil, the second largest economy in the Americas and the largest in Latin America, also faces this problem. As one of the least developed regions in the country, the northeast region of Brazil has shown rapid development in recent years. Based on the Human Development Index (HDI), this dissertation studies the evolution of the HDI in Brazil as a whole and in the Northeast region in the 20 years from 1990 to 2010, and the articulation between the regional development policies formulated by the country and the rapid development of the Northeast region.

KEYWORDS: Regional Development; Brazil; Imbalance; HDI; Public Policies; Bolsa Família.

ÍNDICE

Glossário e Siglas	iii
Resumo e Palavras-chave	iv
Índice	v
1. Introdução	1
2. O Índice de Desenvolvimento Humano: História do Tema, Definição e Métrica..	3
3. O Desenvolvimento Humano no Brasil	7
3.1. <i>O IDH do Brasil</i>	7
3.2. <i>O IDH da Região Nordeste do Brasil</i>	9
4. Principais Políticas Públicas para Promover o Desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil, 1990-2010	11
4.1. <i>As Origens do Desequilíbrio do Desenvolvimento Regional no Brasil</i>	11
4.2. <i>Visão Geral das Principais Políticas Públicas</i>	13
4.3. <i>Estudo de Caso: Programa Bolsa Família (PBF)</i>	21
4.3.1 <i>Introdução Geral do PBF</i>	21
4.3.2 <i>Resultado e Avaliação do PBF</i>	23
4.3.2.1 <i>Impacto do PBF sobre a Renda e Pobreza</i>	23
4.3.2.2 <i>Impacto do PBF sobre a Saúde</i>	25
4.3.2.3 <i>Impacto do PBF sobre a Educação</i>	26
4.3.3 <i>Críticas ao PBF</i>	27
5. Conclusão	28
Referências	31
Anexos	42

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha gratidão a todos aqueles que me ajudaram durante a redação desta dissertação.

A minha mais profunda gratidão vai em primeiro lugar ao Professor Luís Mah, meu orientador, pelo seu constante encorajamento e orientação. É sempre mais difícil orientar um aluno estrangeiro, porque o idioma nativo não é português, o orientador precisa de gastar mais tempo para revisar o idioma. Mas o Prof. Luís Mah é sempre muito paciente e profissional, acompanhando-me em todas as etapas da redação desta dissertação. Sem a sua consistente e esclarecedora instrução, este trabalho não poderia ter chegado à sua forma atual.

Em segundo lugar, gostaria de expressar a minha sincera gratidão aos meus amigos que me deram a sua ajuda e tempo para me ouvirem e me ajudarem a resolver os meus problemas durante o processo da escritura da dissertação.

Por último, os meus agradecimentos vão para a minha querida família pelas suas considerações amorosas e grande confiança em mim ao longo de todos estes anos.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muitos países em desenvolvimento conheceram um rápido desenvolvimento, no decurso do qual o movimento de pessoas para as cidades se tornou particularmente proeminente nestes países, com um elevado número de pessoas a deslocarem-se para regiões desenvolvidas, uma elevada concentração do movimento nas grandes cidades e um crescimento desproporcionado das populações urbanas em comparação com as cidades pequenas e médias. Este fenómeno levou a um novo aumento do fosso de desenvolvimento entre regiões e à acentuação dos desequilíbrios de desenvolvimento regional. O Brasil, como a maior economia da América Latina e a segunda maior das Américas, enfrenta também o problema do desenvolvimento regional desigual dentro do país. Por razões históricas, geográficas, sociais e económicas, a população e as principais atividades económicas do Brasil concentram-se nas zonas costeiras, especialmente na costa sudeste, de modo que as regiões sudeste e sul são as mais desenvolvidas, seguidas pelas regiões centro e oeste, e as regiões norte e nordeste são as menos desenvolvidas. Este problema de desenvolvimento regional desigual enfraquece a capacidade de regeneração do país e pode conduzir a agitação social e instabilidade, tornando importante para o desenvolvimento do Brasil a melhoria dos desequilíbrios de desenvolvimento regional.

Já no século passado, muitos estudiosos têm-se preocupado com o desequilíbrio do desenvolvimento regional no Brasil, mas o número de estudos sobre este assunto é ainda muito reduzido. Destes estudos, a literatura que se concentra na governação dos desequilíbrios de desenvolvimento regional no nordeste do Brasil é muito mais escassa. A região Nordeste, uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil, tem-se desenvolvido a um ritmo notável nos últimos anos e o seu desenvolvimento merece um bom estudo de caso. Esta tese utiliza o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro e mais especificamente o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) como indicadores de base para examinar o que o país fez para gerir os desequilíbrios de desenvolvimento regional no Nordeste durante as duas décadas 1990-2010, que se espera ser uma modesta contribuição para a investigação académica neste campo. Como a análise da dissertação se baseia numa comparação dos valores IDHM entre regiões brasileiras e a primeira RDH foi publicada em 1990, escolhemos o ano de 1990 como

data de início para estudar as políticas que se seguem. Ao mesmo tempo, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como principal símbolo do processo de redemocratização do Estado brasileiro, simbolizou uma nova fase no Brasil. Devido à COVID-19, o censo brasileiro previsto para 2020 foi adiado para Agosto de 2022, e nenhum documento oficial foi divulgado para o IDHM no Brasil para o período 2010-2020; por conseguinte, para efeitos de comparação, terminamos o nosso estudo da política em 2010.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro a Introdução; o segundo capítulo centra-se na definição do termo "desenvolvimento" e depois introduz IDH e RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) e descreve os antecedentes da sua emergência, o processo de desenvolvimento dos dois conceitos, os indicadores utilizados para avaliar o desenvolvimento usados nos IDH e IDHM (ou seja, longevidade, educação e renda) e a base teórica da "abordagem das capacidades" de Amartya Sen. O terceiro capítulo examina o IDH no Brasil como um todo e no Nordeste, e identifica onde o IDH tem crescido mais rapidamente no Nordeste com base nos dados. O quarto capítulo analisa as políticas públicas que promoveram o desenvolvimento da região Nordeste no Brasil durante os vinte anos entre 1990 e 2010, escolhendo o "Bolsa Família" como um estudo de caso para análise específica. A questão central deste trabalho é essencialmente: Como é que o IDH mudou no Brasil e no Nordeste do Brasil entre 1990 e 2010? Que políticas públicas foram desenvolvidas pelo governo para promover o desenvolvimento da região nordeste e quais têm sido os seus efeitos?

A dissertação utiliza uma combinação de investigação quantitativa e qualitativa, principalmente através da análise de literatura secundária. A dissertação tenta encontrar uma correlação entre as políticas públicas para o desenvolvimento regional adotadas no Brasil durante as duas décadas de 1990-2010 e a rápida melhoria no IDH no nordeste do país ao longo dos vinte anos, a fim de proporcionar lições para outros países, especialmente países em desenvolvimento, na gestão dos desequilíbrios de desenvolvimento regional.

2. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: HISTÓRIA DO TEMA, DEFINIÇÃO E MÉTRICA

O tema do "desenvolvimento humano" é um tema importante para a sociedade humana, tanto para as nações como para os indivíduos. Qual é então o conceito da palavra "desenvolvimento humano"? Será que o crescimento económico por si só já significa "desenvolvimento humano"?

O conceito de desenvolvimento é quase tão antigo como a civilização. A sua extensa utilização nas sociedades ocidentais desde as civilizações greco-romanas até ao final do século XIX, como uma construção genérica que designa os mais variados aspetos relacionados com o bem-estar da humanidade, contudo, fez com que o conceito se aproximasse duma doutrina (Soares & Quintella, 2008). De acordo com Oliveira & Barde (2015), após a Segunda Guerra Mundial, com os países atentos à sua própria reestruturação económica, os economistas começaram a entender que uma medida justa de bem-estar não pode ser feita sem considerar a multidimensionalidade dele mesmo. Além da renda, outros fatores devem ser considerados para contribuir para a sua avaliação. Moura & Pereira (2017) também referiu esta mudança: O estudo do desenvolvimento humano, face às constantes e complexas transformações nos domínios teórico-práticos interdisciplinares, tem sido pensado de diferentes formas. Embora os recursos financeiros continuem a ser relevantes, o crescimento económico deixa de ser primordial na composição deste conceito, e é complementado pelo fator humano. A noção alargada do termo destaca, para além destes indicadores, os aspetos físicos, cognitivos, psicossociais, históricos, culturais e especialmente subjetivos para a compreensão do desenvolvimento humano (2017). O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) foi lançado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e por Amartya Sen (que recebeu o Prémio Nobel da Economia em 1998). A noção de desenvolvimento humano oferecida por estes dois economistas questionava a relevância da preocupação única de equacionar o Produto Nacional Bruto (PNB) com o desenvolvimento. A sua proposta veio colocar as pessoas de novo onde elas pertencem, i.e., no centro do debate e do diálogo sobre o desenvolvimento, e que criou um impacto muito além das expectativas dos seus pais fundadores em 1990.

O prefácio do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) publicado em 1990 enfatizou essa importância das pessoas: "Vivemos tempos de agitação. Uma onda irresistível de liberdade humana está varrendo muitos países. As pessoas estão começando a assumir o controle de seu próprio destino nesses países. As intervenções desnecessárias do Estado estão diminuindo. Tudo isso é um lembrete do triunfo do espírito humano"(UNDP, 1990). Neste contexto, o conceito de "desenvolvimento humano" pode ser definido da seguinte forma:

Um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Em: PNUD (s.d.)

O objetivo do desenvolvimento é oferecer às pessoas mais opções. O que torna fascinante o estudo do processo de desenvolvimento é todo o espectro através do qual as capacidades humanas são expandidas e utilizadas (UNDP, 1990). Essa visão é muito influenciada pela abordagem das capacidades de Sen. A estrutura da "abordagem das capacidades" foi proposta por Sen nas décadas de 1980 e 1990. Esta abordagem refere-se ao uso da "capacidade real de um indivíduo para desempenhar várias funções valiosas na vida" para avaliar a qualidade de vida (Sen, 1993). A questão a ser respondida por esta abordagem não é "se uma pessoa está satisfeita" ou "quantos recursos uma pessoa pode controlar", mas "o que uma pessoa pode realmente fazer ou estar" (Nussbaum, 2000). Os conceitos centrais da abordagem de capacidades são funções e capacidades. As "funções" são as atividades ou estados em que uma pessoa se encontra na vida. As "capacidades" são a combinação de várias funções que uma pessoa pode desempenhar (Sen & Sinha, 2000). Esses grupos funcionais consistem em uma série de atividades que as pessoas podem fazer, ou seja, "boa alimentação, evitar a morte por doença, saber ler, escrever e

se comunicar, participar de atividades comunitárias, não ser tímido em público, etc.” (Sen, 2003). A magnitude da habilidade reflete o grau de liberdade que um indivíduo tem para escolher entre essas combinações e representa "a liberdade de uma pessoa escolher entre diferentes vidas" (Sen, 2003). O que se pode concluir, portanto, é que a abordagem de competência do Sen centra-se mais na própria pessoa e coloca a pessoa no centro, ao mesmo tempo que mede a competência e a liberdade.

A "abordagem das capacidades" do Sen foi aplicada não só a nível teórico, mas também na prática. O RDH da ONU adotou a abordagem das capacidades de Sen como o quadro conceptual básico para a análise do desenvolvimento contemporâneo, conduzindo ao desenvolvimento de um paradigma único da teoria do desenvolvimento: a Via de Análise do Desenvolvimento Humano (Wang, 2006). Esta medida de desenvolvimento humano é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP). O RDH é “reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo”. O primeiro RDH foi lançado no ano de 1990, que introduziu o conceito básico de "o povo é a riqueza da nação" e este conceito orientou os relatórios subsequentes (PNUD, s.d.c).

No RDH 1990, são definidos três indicadores-chave para medir o nível de desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e padrões de vida decentes, que se tornaram a longevidade, educação e renda até ao ano de 2009. Desde 2010, foi iniciada uma nova metodologia para calcular o IDH e os três pilares que agora constituem o IDH são: saúde, educação e renda, que são calculados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por:
 1. média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e
 2. a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Em: PNUD (s.d.b).

Além disso, no RDH de 2010, são introduzidas três novas medidas que registam a desigualdade multidimensional, as disparidades de género e a privação extrema, correspondendo ao IDH Ajustado à Desigualdade, o Índice de Desigualdade de Género e o Índice de Pobreza Multidimensional.

No relatório, conta a razão da escolha destas três áreas para a medição: Demasiados indicadores poderiam produzir um quadro perplexo que talvez distraísse os decisores políticos das principais tendências gerais. A questão crucial, portanto, é de ênfase (UNDP, 1990). O autor Oliveira (2006) menciona também que as razões pelas quais as dimensões definidas pela ONU no cálculo do IDH são apenas 3. Primeiro, existe uma certa arbitrariedade na ponderação dos componentes do IDH, que pode tornar-se mais difícil à medida que o número de dimensões aumenta. Segundo, alguns países não dispõem de dados estatísticos e por isso não podem fornecer informações mais completas. Finalmente, e pode haver sobreposição de indicadores no processo de desenvolvimento do IDH.

A grande vantagem do IDH é, portanto, requer muito poucos dados, que estão quase universalmente disponíveis. Os dados do IDH estão facilmente disponíveis e propõe-se que uma avaliação abrangente do bem-estar de um país se concentre no desenvolvimento humano e não apenas nas condições económicas. É aplicável a diferentes grupos e fornece novas ideias para as pessoas avaliarem o desenvolvimento social. O IDH pode descobrir elos fracos no desenvolvimento social e fornecer alerta prévia para o desenvolvimento económico e social (Wang, 2016).

O RDH 2020 propõe uma inovação, um índice experimental global que mede o desenvolvimento humano e o progresso em novas dimensões. O relatório argumenta que à medida que a humanidade e o planeta entram numa nova era geológica, é tempo de todos os países redesenharem os seus respetivos caminhos de desenvolvimento e assumirem a responsabilidade pelas perigosas pressões que a humanidade está a exercer sobre o planeta para fazer a diferença. O relatório inclui um novo índice no IDH anualmente: o "Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Stress da Terra". De

acordo com o novo índice, mais de 50 países saem do grupo de desenvolvimento humano muito elevado, ilustrando a sua dependência dos combustíveis fósseis e o estado da sua pegada material (UNDP, 2020).

A análise que se segue nesta dissertação sobre o tema deste trabalho será baseada principalmente nas evoluções do IDH e será realizada utilizando uma combinação de análise quantitativa e qualitativa, principalmente através do estudo da literatura e de dados secundários.

3. O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

3.1. O IDH do Brasil

No Brasil, a adaptação do IDH ao contexto subnacional é feita desde 1998, ano em que adapta e calcula o Índice para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira (PNUD & IPEA & FJP, 2013). O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Como se pode ver pelos dados dos RDH publicados pelo PNUD para o período 1990-2020, o IDH para o Brasil como um todo apresenta uma situação precária, sem aumento ou diminuição constante. O autor Oliveira (2006) explica este fenômeno: o IDH é um índice estrutural, e a metodologia utilizada para calcular o IDH está em constante mudança e, tal como os parâmetros, os resultados produzidos não são estáveis. Em seguida, o autor compara a evolução do IDH no Brasil com outros países da América Latina e constata que o IDH do Brasil melhorou muito significativamente no período desde 1990, sendo a longevidade a que menos contribuiu para a melhoria do IDH, enquanto “a dimensão educação foi onde o Brasil atingiu os resultados mais

significativos”. Durante 1991-2010, a taxa de crescimento do IDHM de longevidade no Brasil é de 23.3%, enquanto a da renda é de 14.2%, e da educação, 128%, que é um aumento muito impressionante (PNUD & IPEA & FJP, 2013).

No IDH, vidas longas e saudáveis são medidas pela esperança de vida à nascença, que é a esperança média de vida das pessoas desde o nascimento (PNUD & IPEA & FJP, 2013). Em 1991, a grande maioria das regiões brasileiras tinha níveis de longevidade médios ou baixos, com apenas pequenas partes do sul e sudeste com níveis altos. Chegando o ano 2000, o Brasil quase não tinha regiões com níveis baixos ou muito baixos de longevidade, e o país como um todo estava em grande parte na gama média-alta dos níveis de longevidade, com pequenas áreas de longevidade muito alta. Em 2010, a parte sul do país tinha atingido em grande parte uma longevidade muito alta, enquanto o resto do país estava também a um nível elevado, com apenas uma pequena área de longevidade média. O relatório apresenta que, o IDHM Longevidade foi 0.662 em 1991 e em 2000, passou para 0.727, chegando a 0.816 em 2010. Tem uma variação em termos absolutos de 0.154 durante o ano de 1991 e 2010, e a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros nos últimos vinte anos aumentou 9.2 anos. O maior crescimento aconteceu no período de 2000 a 2010. Entre 5565 municípios do país, 28.8% deles tem um crescimento muito abaixo da média, 31.7% deles tem um crescimento abaixo da média, 27% deles tem um crescimento observado acima da média nacional, e 12.5% deles tem um crescimento observado muito acima do país. Além disso, “os maiores crescimentos do IDHM Longevidade observados para o país se concentram na região Nordeste”.

Outro índice importante é o IDHM Educação no Brasil, que é medido pela composição de dois subíndices: a escolaridade da população adulta e jovem.

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano –, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Em: (PNUD & IPEA & FJP, 2013)

Entre 1991-2000, a situação geral da educação no Brasil era muito ruim, com IDHM Educação muito baixo na maioria das regiões e quase todo o país estava com um muito

baixo nível de educação. Em 2000, uma pequena parte da região sudeste do Brasil tinha atingido o nível médio da educação. E em 2010, algumas áreas da região Sudeste tinham atingido níveis de educação elevados, com apenas algumas áreas no Nordeste e Noroeste ainda com níveis de educação muito baixos. Em 1991, o IDHM Educação do Brasil foi 0.279, e passou para 0.456 em 2000, alcançando 0.637 no ano de 2010. Tem uma variação, em termos absolutos, de 0.358 entre os anos de 1991 e 2010 e tem um aumento de 128.3%. O maior crescimento no índice aconteceu de 1991-2000, de 63.4%. Em mais de metade dos municípios brasileiros, o crescimento do IDHM Educação é superior à média nacional. O crescimento do IDHM Educação nos municípios brasileiros de 1991 a 2010 foi muito grande, e “na primeira década, o aumento foi maior nos municípios que já possuíam o IDHM Educação mais elevados, enquanto na segunda década há um aumento no IDHM Educação dos municípios com indicadores mais baixos” (PNUD & IPEA & FJP, 2013).

Além dos dois indicadores acima mencionados, o IDHM Renda também está incluída no cálculo do IDHM Brasil, que é medido pela “renda municipal mensal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município” (PNUD & IPEA & FJP, 2013). No mesmo relatório acima referido, o IDHM Renda do Brasil foi 0.647 em 1991, e chegou a 0.692 em 2000, alcançando 0.739 em 2010. Tem uma variação, em termos absolutos, de 0.092 entre os anos de 1991 e 2010. E o indicador cresceu mais no período de 2000 a 2010, do que no período de 1991 a 2000. Apenas em 5% dos municípios do Brasil apresentaram um crescimento muito abaixo da média, e em 21.8% deles o crescimento foi abaixo da média. E importa destacar que no desempenho do IDHM Renda, a região Nordeste do Brasil mais uma vez apresentou um crescimento muito expressivo. Em 1991, os níveis de renda no nordeste do Brasil eram extremamente baixos, e em 2010, embora ainda na sua maioria em baixo, existiam apenas algumas regiões com níveis de renda extremamente baixos. As regiões sudeste e sul do Brasil atingiram largamente os níveis altos de renda.

3.2. O IDH da Região Nordeste do Brasil

A região nordeste do Brasil inclui nove estados. As divisões territoriais do Brasil mudaram. Em 1940, o Brasil foi dividido nas seguintes partes: Norte, Nordeste, Este, Sul e Centro-Oeste. Em 1950, os estados do Maranhão e do Piauí passaram a fazer parte da

região nordeste e, na década de 1970, a Bahia também passou a fazer parte da região (Gaspar, 2003).

O IDHM do ano 2010 da região nordeste do Brasil é de 0.663. Todos os estados na região nordeste estão na faixa de Médio Desenvolvimento Humano, que é abaixo da média nacional. Os estados que tiveram um crescimento maior de IDHM no período 1991-2000 foram Ceará e Bahia. Entre 2000 e 2010, Maranhão e Piauí foram os estados que tiveram os maiores incrementos nesse índice. No ano de 1991, 99.2% dos municípios da região nordeste do Brasil ficavam na faixa Muito Baixo Desenvolvimento Humano. Mas no ano de 2010, só 0.8% dos municípios ficavam nesta faixa (PNUD & IPEA & FJP, 2016). É óbvio que o IDH na região nordeste do Brasil cresceu significativamente nas duas décadas de 1990 a 2010. Entre eles, a expectativa de vida, ou seja, o IDHM Longevidade, tem o crescimento mais expressivo no Ceará (72,6 anos), o IDHM Renda está na Faixa Média (0,600 – 0,699), e o IDHM Educação tem o maior crescimento no Ceará (0,615) e Rio Grande do Norte (0,597) (PNUD & IPEA & FJP, 2016). Embora até 2010, o IDHM da região nordeste do Brasil ainda fosse o mais baixo de todo o país. Mas podemos notar que nos 20 anos de 1990 a 2010, a taxa de crescimento do IDHM na região Nordeste foi a maior do país. Quanto ao incremento das dimensões do IDHM, o maior crescimento do IDHM na região nordeste ocorreu na dimensão Longevidade e na dimensão de Renda. Em relação a Educação, no período 1990-2000, a região Sudeste realizou o maior crescimento, e durante 2000-2010, foi Região Nordeste, que outra vez teve um crescimento maior (Ibidem). A evolução mais positiva do IDHM na região nordeste do Brasil, de acordo com a análise da autora, pode ser porque a base desta região é muito fraca, portanto, sob a promoção de políticas e medidas relevantes, avançou rapidamente e melhorou muito. O Brasil também gradualmente percebeu a importância do desenvolvimento regional equilibrado, e emitiu uma série de políticas relevantes especificamente voltadas para o desenvolvimento da região nordeste para promover o desenvolvimento regional (que será abordado mais adiante).

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL, 1990-2010

4.1. As Origens do Desequilíbrio do Desenvolvimento Regional no Brasil

A partir dos dados acima, podemos perceber que o desenvolvimento regional do Brasil é desequilibrado, e que a região Nordeste tem progredido mais depressa do que as outras regiões, embora o seu IDHM seja o pior do país. O desenvolvimento da região Nordeste foi por muito tempo justificado pela falta de água e seca na região, e só em 1950 que a atenção das pessoas mudou da seca para as questões económicas (Loureiro & Urquiza, 2017). O desenvolvimento regional desequilibrado no Brasil é causado principalmente por razões históricas, geográficas, sociais, económicas e políticas etc. (Yang, 2013).

O problema do desenvolvimento regional desequilibrado começa com a divisão não razoável do trabalho no comércio internacional na época colonial e está sujeito à influência das condições naturais e geográficas nas diferentes regiões. Dos tempos coloniais até o início do século XX, as economias de várias regiões do Brasil dependiam dos mercados externos principalmente por meio de canais de comércio internacional. No processo de industrialização, antes que a demanda interna se tornasse o motor do crescimento económico, a exportação de produtos primários era o principal motor do crescimento económico do Brasil. Na época, onde os produtos primários podiam ser produzidos e exportados determinava o padrão de aglomeração regional. Tanto a região Nordeste quanto a região Sul dependiam da exportação de produtos primários como base de sua economia. A primeira exportava principalmente açúcar e algodão, enquanto a segunda exportava principalmente café (Yang, 2013). O período colonial no Brasil foi caracterizado pela correlação entre os arranjos geoeconómicos e geobotânicos, o que resultou em cinco macro formas de caracteres regionais: o espaço produtor de café, o espaço produtor de borracha, o espaço produtor de cana-de-açúcar, o espaço colonial imigrante, e o espaço de pastagem (Moreira, 2014). Mais tarde, como a procura de café continuou a crescer no mercado internacional, ao mesmo tempo que os preços do açúcar caíram no mercado internacional e a procura no mercado do algodão enfraqueceu, as vendas de cana-de-açúcar e algodão no Nordeste passaram gradualmente para as vendas

internas, criando um claro fosso económico entre as regiões do Nordeste e do Sul (Yang, 2013).

De acordo com Furtado (2009), as desigualdades regionais do Brasil surgiram na primeira metade do século XX, no quadro de um processo de integração económica e política das regiões, como consequência da industrialização do país. Furtado acredita que as desigualdades regionais estão dentro de um processo de malformação estrutural, que está no centro do subdesenvolvimento, no qual as dimensões ecológicas, económica, social, e política se entrelaçam (Brandão, 2013). Para Cano (2002), as origens das desigualdades regionais encontram-se entre os anos 1880 e 1930, como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo inter-regional baseado na autonomia relativa de cada região e nas diferentes relações de produção e dinâmica económica. A problemática dos desequilíbrios regionais no Brasil resulta do processo de desenvolvimento histórico de cada região. As causas dos desequilíbrios regionais foram a fraca integração de uma economia de base primária, exportadora, com o mercado internacional em partes do Brasil ao longo da sua história, um facto que produziu um menor crescimento e difusão económica, e um desenvolvimento inferior das relações de produção capitalistas para a periferia nacional. O autor argumenta que não foi a concentração da produção industrial (ou agrícola ou mesmo terciária) em São Paulo que causou ou intensificou o atraso e o empobrecimento das regiões mais pobres do Brasil mas sim o facto, antes de 1930, da economia nacional não estar integrada e cada uma das suas regiões ter a sua própria trajetória e história económica específica dando-lhes um património cultural, demográfico e económico (nomeadamente na estrutura patrimonial e de rendimentos) específico, definindo os seus diferentes graus de pobreza absoluta e relativa e as suas estruturas produtivas (Cano, 2008).

Tanto Furtado como Cano compreendem a emergência dos problemas regionais do Brasil em termos de desequilíbrios regionais, ou seja, em termos das crescentes disparidades socioeconómicas entre as regiões do país. Contudo, alguns autores argumentam que o surgimento de problemas regionais no Brasil deve também ser compreendido no contexto da divisão regional do trabalho, em vez de se concentrar nos desequilíbrios regionais. De acordo com Oliveira (2008), o aumento das disparidades regionais teria ocorrido no contexto do processo de industrialização do país, como sinal e momento de integração nacional, num movimento dialético que destruiu as economias

regionais para concentrar e centralizar o capital no que é hoje a região sudeste, liderada pelo estado de São Paulo. A integração acontece quando as economias regionais, que até então estavam diretamente ligadas aos mercados internacionais, se tornam controladas pela região do país que assume o processo de expansão capitalista dentro do território brasileiro. Portanto, essas disparidades são o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre regiões, num processo global que levou o sistema a uma implacável concentração de rendimento, propriedade e poder, com a substituição das classes proprietárias de propriedades rurais no topo da pirâmide do poder por novas classes burguesas comerciais-industriais, onde não havia possibilidade de uma rutura em favor das classes trabalhadoras (Oliveira, 2003). De acordo com Moreira (2014), à medida que a industrialização emergiu em 1880, surgiu também a divisão territorial do trabalho, especialmente depois de 1950, quando ocorre a integração nacional e se desenvolve uma nova diferenciação qualitativa na concentração industrial, na qual São Paulo a centralizou e assumiu o controle do resto do país.

Com a Constituição Federal de 1988, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades regionais e sociais. A Constituição Federal de 1988 estabelece a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Com base em disposições específicas da Constituição, nas leis que as regulam ou que tratam do assunto e em vários regulamentos, o Governo Federal tem à sua disposição um número razoavelmente grande de instrumentos para reduzir as desigualdades regionais. As políticas de desenvolvimento regional são também objeto de propostas legislativas que visam alterar as suas condições de funcionamento ou a sua cobertura geográfica (Cavalcante, 2020). De acordo com Silva (2013), “a Constituição Federal de 1988 tenha sinalizando o início de uma nova fase de ascensão do planejamento. Pode ser considerada também como uma reforma administrativa, já que promoveu um conjunto de transformações significativas a Administração Pública, sobretudo no tocante a seus elementos jurídicos, gerenciais, económicos, sociais e políticos”.

4.2. Visão Geral das Principais Políticas Públicas

De acordo com Senra (2011), as políticas públicas para o desenvolvimento da região federal brasileira tomaram diferentes formas ao longo do tempo, com quatro fases

distintas: Nacional-Desenvolvimentista, Desenvolvimentista-Militar, Neoliberal e Neodesenvolvimentista. A Fase Nacional-Desenvolvimentista decorreu entre o período Pós-guerra (1945) e o Golpe Militar (1964). A Fase Desenvolvimento-Militar durou desde 1964 até meados da década de 1980, a Fase Neoliberal ocorreu após a criação da Constituição Federal em 1988, e a Fase Neodesenvolvimentista começou nos anos 2000, um período em que o tom era de maior envolvimento estatal em iniciativas de desenvolvimento regional. As estratégias de gestão dos desequilíbrios de desenvolvimento regional no Brasil durante os 20 anos a serem discutidos nesta tese correspondem às fases principais da Fase Neoliberal e da Fase Neodesenvolvimentista.

Fase Neoliberal

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o neoliberalismo veio para a vanguarda da história, transformando-se gradualmente de uma ideologia económica para um conjunto de ideias políticas e uma série de práticas de reforma, que foram então promovidas globalmente pelo Ocidente como o paradigma dominante da governação.

Entre as principais políticas de desenvolvimento regional a ter em conta durante este período, inclui-se o Plano Plurianual. O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planeamento a médio prazo do governo, que estabelece orientações, metas e objetivos para a administração pública durante um período de quatro anos de forma regionalizada, organizando as ações do governo em programas que fornecem bens e serviços à população e apoiam o funcionamento da administração (SEP, s.d.). Visa desenvolver um planeamento estratégico nacional baseado em planos e programas nacionais, sectoriais e regionais de desenvolvimento económico e social, particularmente para reduzir as desigualdades espaciais e sociais através da melhoria das infraestruturas económicas. Desde a Constituição Federal de 1988, foram elaborados seis PPAs. Durante o governo de presidente Fernando Henrique Cardoso, foram elaborados o PPA 1996-1999, que foi nomeado *Programa Brasil em Ação* e o PPA 2000-2003, que foi denominado de *Programa Avança Brasil*. As suas políticas formuladas especificamente para promover o desenvolvimento do Nordeste são as seguintes:

O *Programa Brasil em Ação*, que foi lançado em 1996, desenvolveu várias medidas para promover o desenvolvimento em várias áreas da vida nacional, tais como saúde, habitação, saneamento, agricultura, educação, comunicação e transportes. Entre estas

medidas estão a melhoria do desequilíbrio no Nordeste, incluindo melhorias das condições de habitação das famílias de baixos rendimentos ou a redução da mortalidade infantil. O *Programa de Crédito Produtivo Popular* veio oferecer serviços de formação em gestão, para além do microcrédito, para assegurar a inserção competitiva dos microempresários no mercado do Nordeste. Foram concedidos cerca de 15.000 financiamentos, tocando os negócios dos microempreendedores no Nordeste em melhores condições. Assim, os microempreendedores conseguem criar condições de sobrevivência, de crescimento e de formalização de seus projetos. Em termos de desenvolvimento agrícola, o projeto desenvolveu também o *Novo Modelo de Irrigação*, um novo modelo de irrigação destinado a promover e consolidar o desenvolvimento sustentável das áreas irrigadas e irrigáveis, atraindo investimento privado, gerando emprego e rendimento, aumentando as exportações e servindo estrategicamente o mercado interno. O programa incentiva a procura de alternativas economicamente viáveis em áreas semi-áridas, tais como a produção de frutos competitivos (Brasil, 1998). O objetivo não é apenas expandir a área da agricultura irrigada, mas também mudar o padrão dos projetos de irrigação de modo a torná-los autossuficientes e um verdadeiro fator de desenvolvimento regional. Além disso, o "Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA SEMI ÁRIDO", da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente também contribui para a solução dos problemas hídricos. Contempla os estados trabalhadores do semi-árido brasileiro: Minas Gerais, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Um dos objetivos do PROÁGUA SEMI-ÁRIDO é realizar investigação para identificar soluções eficazes para se adaptar à disponibilidade e necessidades dos recursos hídricos nas regiões semi-áridas do Brasil (Cardoso, 2008). Na área do turismo, o Programa Brasil em Ação desenvolveu o *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur)*, que visa proporcionar melhores condições para que os municípios turísticos da região nordeste recebam visitantes. Existem já 500 projetos em funcionamento em todo o Nordeste, e mais de 100 municípios beneficiaram do projeto. Foram identificados investimentos privados de até R\$ 2 bilhões nas áreas de abrangência do projeto *Prodetur*. Muitos novos hotéis foram construídos, atraídos pelos investimentos feitos pelo *Prodetur*, e estes, sem dúvida, contribuíram para a geração de novos empregos e aumento de renda no Nordeste (Brasil, 1998). Embora existam algumas inovações, de acordo com Garcia

(2000), o PPA de 1996-1999, não foi bem-sucedido tanto na promoção da integração do planejamento e do orçamento. Mesmo que fosse ambicioso no início, não era mais do que um plano econômico normativo a longo prazo. A formulação do plano não conseguiu ligar os projetos e atividades orçamentárias às intenções do governo. O PPA não foi sequer avaliado, uma vez que lhe faltam as ferramentas para monitorizar e avaliar eficazmente o sistema. Outro aspeto relacionado é o enfoque extremo nas questões fiscais, o que reduz a importância das práticas de planejamento na agenda do governo.

No segundo governo do presidente Fernando Cardoso, lançou-se outro programa, que se chama o *Programa Avança Brasil*. O programa foi elaborado no ano de 2000 e durou 3 anos, até o ano de 2003. É uma continuidade do projeto anterior, o *Programa Avança Brasil*. Neste programa, há uma menção específica a ações estratégicas que visam especificamente o desenvolvimento do Nordeste: tais como a implementação de projetos de irrigação e gestão de água que sejam ambiental e socialmente adequados, tirando partido do elevado potencial agrícola do Nordeste semiárido e das condições solares locais; investimento significativo em ações que melhorem os padrões educacionais, de saúde e de qualificação profissional dos jovens; e o desenvolvimento do turismo, da geração de rendimentos e de emprego, tirando partido das vantagens naturais e da cultura com que o Nordeste é abençoado. Neste programa, é feita uma menção especial à promoção do cultivo de fruta irrigada no nordeste do país.

Gartenkraut (2002) afirma que, o PPA 2000-2003 “representa uma profunda transformação nas práticas de planejamento do setor público brasileiro, abrindo perspectivas para alterações significativas nas formas de atuação e nos modelos de gerenciamento empregados pelo governo federal”. E para Santos (2011), o PPA 2000-2003 é um marco na estrutura do PPA, pois busca reestruturar a ação estatal para conter os gastos públicos, buscar eficiência na alocação de recursos e direcionar a ação estatal para resultados. No *Programa Avança Brasil*, as questões orçamentárias anteriores foram reformuladas. E ficou conhecida como Reforma Gerencial dos Processos de Planejamento Orçamento e é apresentada como uma consequência direta do movimento gerencial iniciado no âmbito federal a partir de 1995 (Calvante, 2007).

Os programas acima formulam medidas de acordo com as características da região nordeste e reduzem o problema do desenvolvimento desequilibrado na região nordeste

sob diferentes perspectivas. No entanto, embora o PPA tenha melhorado ao longo do tempo, tanto em termos de implementação quanto de avaliação, ainda está longe de ser suficiente. De acordo com Calvante (2007), O governo brasileiro tem o compromisso de direcionar a ação para resultados, a fim de tornar os gastos públicos mais eficazes, eficientes, transparentes e responsivos às necessidades da sociedade. A ideia de integrar orçamento e planejamento simplifica o sistema orçamentário do Brasil e o torna mais visível, aumentando a transparência da gestão. No entanto, sem sistemas e métodos adequados, os gestores enfrentam dificuldades para obter e integrar informações sobre os resultados e o desempenho real dos projetos pelos quais são responsáveis. As dificuldades enfrentadas pelos gerentes de projeto e suas equipes afetam a medição dos resultados do projeto.

Fase Neodesenvolvimentista

Desde o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), o debate sobre as questões levantadas pela prática política do neoliberalismo no Brasil tem sido mais intensamente questionado. O período neodevelopmentalista no Brasil foi criado principalmente durante a administração Lula (2003-2010) (Pellini, 2019), com base nos princípios da intervenção direta do Estado nos sectores produtivos, estratégias de planejamento a médio e longo prazo e investimento em infraestruturas, medidas prioritárias de comércio externo e esforços políticos acrescidos e assistência social (Lamoso, 2012).

Um dos programas sociais de maior destaque durante o governo Lula foi o programa Bolsa Família. É um programa de transferência condicional de renda que foi criado durante o primeiro mandato do ex-presidente brasileiro Lula da Silva (2003) e foi legalizado por lei em 2004. Como descrito no Lei Nº 10.836, o rendimento per capita de uma família elegível para este benefício não deve exceder R\$100, com um benefício máximo de R\$50,00. A Bolsa Família tem como objetivo principal combater a pobreza no Brasil e trabalha em duas frentes: a primeira é a interpretação da pobreza como um déficit monetário, procurando alívio a curto prazo através de transferências diretas de rendimentos, e a segunda é o reconhecimento da natureza multidimensional da pobreza, com o governo a impor uma série de condições relacionadas com a saúde e a educação aos agregados familiares beneficiários, tendo esta última como objetivo eliminar o ciclo

intergeracional da pobreza através de incentivos ao aumento do capital humano (Cavalcanti et al., 2013). A região Nordeste do Brasil concentra mais da metade dos benefícios pagos pelo Programa de Bolsa Família. Tem dado um importante contributo para a redução da pobreza e da desigualdade no Nordeste, que será descrito mais tarde em mais pormenor.

Durante este período, foram também estabelecidas instituições e políticas especiais para promover o desenvolvimento regional. O Ministério da Integração Nacional (MI) foi criado em 29 de julho de 1999. Através da Lei. No.10.683, de 28 de maio de 2003, pode-se saber das seguintes principais competências para a instituição sobre o desenvolvimento regional:

formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada; formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento; estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais; estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE; estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais; acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional.

Em: Lei No.10.683, de 28 de maio de 2003

A criação do MI em 1999 fez com que aparecesse também uma nova concepção de planeamento do desenvolvimento regional. Começou a adotar novos desenhos institucionais para a gestão dos programas, não mais concentrado no Governo Federal. Também identificou as diferentes especificidades territoriais existentes e tentou a construir o processo de desenvolvimento destas regiões juntamente com a sociedade (Silva, 2017).

No ano de 2000, depois da criação do MI, se lançaram vários encontros de discussão sobre as políticas de integração nacional e de desenvolvimento regional. Essas discussões “resultaram na formulação da *Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)*, que foi lançada em 2003 e institucionalizada em 2007, por meio do Decreto nº 6.047, de 22/02/07” (Silva, 2017). A PNDR pode ser dividida em duas fases: a primeira fase foi durante 2003 e 2011, e a segunda vigora desde 2012 (Resende, 2015). De acordo com DECRETO Nº 6.047, A PNDR servia como uma orientação para os programas e ações

federais no território brasileiro. Visava em reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras, e promover a igualdade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Além disso, também referiu em “estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas”, que é um avanço em relação ao visto tradicional, porque o visto anterior resumia o problema da desigualdade regional no atraso do desenvolvimento das macrorregiões Norte e Nordeste. As áreas prioritárias de atuação, neste caso, dependem de duas variáveis: “rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita*” (Resende, 2015).

No nível federal, a PNDR tem os instrumentos seguintes para o financiamento do desenvolvimento regional: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) (Resende, 2017). Os FCO, FNE e FNO foram criados no final da década de 1990, cujo objetivo principal é integrar as regiões menos desenvolvidas do Brasil, a nível nacional por meio da disponibilização de crédito para setores mais produtivos (MDR Brasil, s.d.). Os fundos de financiamento regional começaram a ser adotados quando a Constituição brasileira de 1988 abordou as desigualdades regionais. A FNE opera em nove estados do Nordeste e nas regiões norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O agente financeiro da FNE é o Banco do Norte do Brasil (BNB). Esses fundos têm algumas prioridades, como “o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura econômica, do turismo e de projetos que estimulam as vocações regionais e o fortalecimento das agroindústrias produtoras de alimentos processados para possibilitar a inserção no mercado internacional e superar a fase exportadora de produtos básicos” (Morais, 2006).

Os Fundos Constitucionais de Financiamento, são considerados como um dos mais importantes instrumentos de política regional no Brasil, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico e social nas respectivas regiões através da concessão de empréstimos concessionais a empresas locais. As concessões são atribuídas a "micro" e "pequenos" produtores agrícolas, "micro" e "pequenas" empresas, atividades de produção que utilizam matérias-primas locais e operações de produção alimentar de mão-de-obra intensiva e básica, entre outras (Yang, 2013), tendo como objetivo diminuir as

desigualdades regionais e fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. As taxas de juros são menores que as cobradas de outras empresas (CNI, 2018). Estes fundos afetam pelo menos 51% dos seus recursos a empresários individuais, micro e pequenas empresas. A taxa de juro é inferior à taxa cobrada a empresas de outras dimensões e um bônus de adimplência de 15%, desde que a componente da dívida seja paga até à respetiva data de vencimento (aplicável a empresas de todas as dimensões). A origem dos fundos constitucionais reside em 3% das receitas do Imposto sobre o Rendimento e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI4), cobrados no ano anterior. 0,6% do dinheiro cobrado vai para o FNO, 0,6% vai para o FCO, e os restantes 1,8% vão para o FNE. Para além das receitas fiscais, os pagamentos de juros e os recursos não utilizados dos anos anteriores compõem o fundo (MDR Brasil, s.d.).

De acordo com a pesquisa pelo Silva & Resende & Silveira (2006), entre 1995 e 1998, a taxa de emprego das empresas beneficiárias do FNE foi 65,6 a 67,7 por cento superior à das empresas não beneficiárias. Mas o FNE não teve efeito sobre a taxa de variação dos salários médios pagos pelas empresas, e a política foi relativamente mais favorável às micro e pequenas empresas, enquanto o setor industrial não foi afetado positivamente pelo fundo. Coincidentemente, outros autores também encontraram conclusões semelhantes. Resende (2012) estudou os resultados do FNE no Brasil durante 2000-2003 e 2000-2006, descobrindo que o FNE teve resultados positivos sobre a geração de empregos no nível de empresa, mas em nível macro, não se encontravam impactos do FNE – industrial sobre o crescimento do PIB per capita. No estudo de Soares & Pereira (2009), durante 1999-2005 e subperíodos, as empresas financiadas pelo FNE tiveram um crescimento do emprego e na massa salarial, porém, não o FNE não teve impacto no salário médio. Para Silva & Silveira (2009), durante 2000-2003, o resultado era quase igual como o mostrado no estudo de Soares & Pereira, que o FNE teve impacto positivo em melhorar o crescimento do emprego, mas não teve efeito significativo no salário medio. Em geral, as empresas com recursos da FNE criaram mais empregos e aumentarem a fatura salarial, mas o FNE tinha pouco impacto no crescimento médio dos salários. Além disso, de acordo com Macedo & Mattos (2008), Entre 1989 e 2015, os fundos constitucionais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham um poder limitado para combater as desigualdades regionais, enquanto as receitas tendiam a concentrar-se nas

grandes cidades, capitais e áreas metropolitanas. Salientaram a necessidade de pressionar para quebrar este fenómeno e assim dar mais crédito às cidades mais pequenas.

Neste ponto, é evidente que, apesar de suas inovações no desenvolvimento da PNDR e sua louvável intenção de reduzir as desigualdades económicas e sociais dentro e entre as regiões, ela recebeu algumas críticas. Uma das críticas mais fortes à PNDR é sua incapacidade de explorar os vastos recursos fornecidos pelos instrumentos financeiros previstos na política e a PNDR tem baixa influência normativa sobre eles (Coelho, 2017). Em segundo lugar, mesmo as ferramentas utilizadas para implementar as diretrizes gerais da PNDR, os planos e programas de escala macrorregional e escala mesorregional são ineficientes, e muitas nem sequer começam. Os autores argumentam que os planos e programas relacionados à PNDR são incapazes de provocar mudanças planejadas nas estruturas socioeconómicas e produtivas regionais (Milan & Pessoa, 2015). Além disso, de acordo com os mesmos autores (2015), com o passar dos anos, a região Nordeste perdeu a sua importância na PNDR, pois passou a tratar as desigualdades da região como outras regiões, tornando a política discutível. Para Silva (2016), embora a PNDR não tenha alcançado a escala esperada em termos de resultados, e no processo de implementação, há fragilidade nos meios de cooperação e coordenação entre as unidades subnacionais, problemas com mecanismos de financiamento e estruturas de governança desenhadas em diferentes regiões não são muito eficazes, dificultando enquanto a falta de instituições e recursos jurídicos adequados leva a ineficiências, a PNDR é a primeira experiência verdadeiramente nacional de desenvolvimento regional, ou seja, baseada em realidades inter e intrarregionais em todo o Brasil, com foco em ações diferenciadas.

4.3. Estudo de Caso: Programa Bolsa Família (PBF)

4.3.1 Introdução Geral do PBF

A política do Bolsa Família tem a sua origem em 2003, pela medida provisória nº 132, transformada na Lei nº 10.836, de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, em setembro de 2004, pela unificação dos programas sectoriais de transferência de rendimentos condicionados (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás), para combater a pobreza e a desigualdade no Brasil. A política é implementada de três eixos: em primeiro lugar, as famílias que beneficiam do programa recebem um subsídio monetário mensal, que é distribuído diretamente pelo governo

federal e é a forma mais direta de reduzir a pobreza. Em segundo lugar, esta política facilita o acesso à educação, recursos de saúde e assistência social aos pobres, ajudando a quebrar o ciclo da pobreza para as gerações futuras. Em terceiro lugar, a política do PBF tem a capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, combinadas com outras políticas, para estimular o desenvolvimento das famílias e ajudá-las a ultrapassar a sua vulnerabilidade e pobreza.

Todas as famílias com um rendimento mensal per capita de até R\$89 (cerca de €17) ou com um rendimento mensal per capita de R\$89,01 a R\$178 (cerca de €34) por mês e com crianças ou adolescentes dos 0 aos 17 anos de idade podem beneficiar do PBF. O montante mensal recebido pela família beneficiária é a soma das prestações concedidas acima mencionadas ao abrigo do programa, que depende do número de pessoas da família, da idade dos membros na família e do rendimento da família beneficiária. A prestação básica paga pelo PBF às famílias pobres com renda mensal por pessoa é de R\$ 89,00 por mês. Para famílias com crianças ou adolescentes entre 0 e 15 anos de idade e cujo rendimento mensal do agregado familiar não exceda R\$ 178 por pessoa, o benefício é de R\$ 41 (cerca de €8) por mês (não mais de 5), desde que as crianças entre 6 e 15 anos de idade frequentem a escola. As famílias com um rendimento mensal de até R\$178 por pessoa que tenha uma mulher grávida ou uma criança dos 0 aos 6 meses de idade também podem receber R\$41 por mês. Ao mesmo tempo, se o rendimento mensal por pessoa da família for permanentemente inferior a R\$89 reais, a prestação pode ser calculada separadamente. No ano de 2004, o salário médio no Brasil era de R\$ 850,93 (cerca de €163) e o salário mínimo deste ano era R\$ 315.39 (cerca de €60.1) (IPEA, 2010), assim, pode-se ver que o PBF pode ajudar as famílias pobres a atingir a linha do salário mínimo, mas ainda está muito longe de atingir o salário médio.

As famílias são livres de aplicar os fundos recebidos, desde que satisfaçam os critérios de elegibilidade e satisfaçam as condições especificadas, e podem permanecer no esquema desde que lhes sejam oferecidas as condições para o fazer. As transferências monetárias concedidas pelo PBF estão ligadas ao desenvolvimento de outras ações, tais como alfabetização, formação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de emprego e rendimentos e microcrédito. Também garante o acesso a famílias sem filhos, tais como quilombolas, indígenas e sem-abrigo. A transferência da renda é realizada

mensalmente às famílias diretamente e as famílias fazem o resgate do valor através de saque com cartão magnético distribuído pela Caixa Econômica Federal (MDS, 2006).

No entanto, as famílias beneficiárias não recebem estes benefícios incondicionalmente, e precisam de cumprir uma série de condições. Os adolescentes das famílias beneficiárias que recebem o subsídio devem cumprir as taxas de frequência escolar prescritas, as crianças menores de sete anos devem completar a vacinação e o acompanhamento de saúde e as mulheres grávidas devem completar o pré-natal. Caso a família beneficiária não cumpra as regras acima, será avisada e, em casos graves, será desqualificada para receber os benefícios (Ministério da Cidadania, s.d.).

No dia 30 de dezembro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro aprovou um novo programa de transferência de dinheiro que se chama Auxílio Brasil, e terminou formalmente o PBF.

4.3.2 Resultado e Avaliação do PBF

De acordo com Ramos & Schabbach (2012), o termo "avaliação" não tem uma definição única e é uma importante ferramenta para melhorar a eficiência do gasto público, a qualidade da gestão e o controle social sobre a eficácia da ação estatal, o que funciona por meio da divulgação dos resultados da ação governamental. Para Costa & Castanhar (2003), "Avaliação" é a revisão sistemática e objetiva de um projeto ou programa concluído ou em curso, incluindo o seu desempenho, implementação e resultados, para determinar a sua eficiência, eficácia, impacto, sustentabilidade e a relevância dos seus objetivos. Como mencionadas acima, as três dimensões do IDH, que é a métrica principal desta dissertação, são saúde, educação e renda, por conseguinte, a avaliação e a descrição dos resultados do programa serão feitas nestas três dimensões. Devido ao espaço limitado da tese, serão feitas numa forma simples.

4.3.2.1 Impacto do PBF sobre a Renda e Pobreza

Como mencionado no texto acima, as famílias pobres e extremamente pobres recebem um montante de transferência de renda todos os meses diretamente, que pode ajudá-los a melhorar a situação de pobreza numa forma direta e eficiente. De acordo com IPEA (2006), as transferências públicas de renda - incluindo aposentadorias, pensões de

reforma e programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PBF - são responsáveis por cerca de um terço da redução da desigualdade de rendimentos nos últimos anos. O orçamento PBF cresceu durante a década 2003-2013, e a taxa de crescimento anual tem aumentado todos os anos. Entre o ano 2003-2013, o orçamento do PBF cresceu e atingiu 14,37 bilhões de reais em 2010.

Os dados sobre a pobreza no Brasil mostram um declínio significativo da pobreza e dos níveis de pobreza extrema entre 2003 e 2012, com a taxa de pobreza a cair de 41,29% para 16,48% e a taxa de pobreza extrema a cair de 16,40% para 5,70% entre 1980 e 2010. Isto deve-se em parte às políticas de transferência de receitas públicas implementadas no país durante a última década (Cavalcanti et al., 2016). De acordo com Souza et al. (2019), após o ano de 2004, com o PBF, a pobreza extrema cai 1,3 ponto percentual (p.p.) por ano e cerca de um quarto da pobreza extrema é abatido pelas transferências do PBF. Em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas já não viviam em extrema pobreza, graças ao PBF, e 3,2 milhões de pessoas foram levantadas acima do limiar de pobreza. O PBF tem sido mais eficaz na redução da incidência da pobreza extrema do que na redução da pobreza. A região nordeste do Brasil tem a maior focalização de beneficiários do programa e o impacto do programa sobre uma população indigente tem sido mais eficaz (Tavares & Pazello, 2006).

De acordo com Cavalcanti et al. (2013), as condições impostas às famílias pelo governo federal incluem os direitos básicos à educação, saúde e assistência social. Em termos de educação, as famílias são obrigadas a enviar os seus filhos à escola, com uma taxa mínima de frequência mensal de 85% para crianças menores de 15 anos e de 75% para adolescentes com idades compreendidas entre os 16 e os 17 anos. Na área da saúde, o calendário de vacinação para crianças com menos de 7 anos de idade e os cuidados pré-natais para mulheres entre os 14 e 44 anos de idade são monitorizados. Em termos de assistência social, as crianças e adolescentes menores de 15 anos que se tenham retirado do trabalho infantil/em risco de trabalho infantil devem frequentar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e obter uma frequência escolar mínima de 85%. Se as famílias não cumprirem os regulamentos que lhes são impostos, são progressivamente sujeitas a uma série de sanções, que vão desde um aviso até à retirada das prestações. Para Tavares & Pazello (2006), o estabelecimento destas condições torna o regime uma política a longo prazo que visa proporcionar aos beneficiários as condições

para a futura geração autónoma de rendimentos através do investimento em capital humano. Assim, para além de procurar aliviar a pobreza a curto prazo através de transferências diretas de rendimentos, a política procura alterar estruturalmente a situação socioeconómica dos beneficiários, interrompendo o ciclo de persistência da pobreza.

O PBF também contribuiu para a redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil. O Brasil é uma das 15 maiores economias do mundo (Ministério das Relações Exteriores, 2021), mas a desigualdade de rendimentos é elevada no país (Tavares & Pazello, 2006). Como se pode ver pelos dados publicados pelo Banco Mundial, o coeficiente de Gini do Brasil diminuiu essencialmente ano após ano de 1990 a 2010, representando uma melhoria gradual na distribuição desigual dos rendimentos no país.

4.3.2.2 Impacto do PBF sobre a Saúde

O PBF tem três pilares fundamentais: transferências de rendimentos, condicionalidades e programas complementares. As transferências diretas de dinheiro têm como objetivo reduzir imediatamente a pobreza. As condicionalidades adicionais visam reforçar o direito à saúde e educação, ajudando assim a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Ações e programas complementares visam criar oportunidades para as famílias superarem a sua vulnerabilidade e melhorarem as suas condições de vida. As condições do programa são orientadas para as áreas da educação, saúde e assistência social. Na área da saúde, as ações incluem ações básicas tais como imunização, cuidados pré-natais e monitorização do crescimento e desenvolvimento infantil, que devem ser garantidas no contexto do Sistema de Saúde Unificado (SUS) (MDS, 2010).

O CNPq (2021) publicou um estudo coordenado por Andreza Daniela Pontes Lucas, Professora de Ciências Económicas do Centro Académico Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que analisou a relação do impacto de longo prazo do PBF na saúde das crianças cujos avós foram contemplados com o benefício. O PBF durou quase 20 anos, e o estudo foi baseado em dados de mais de cinco milhões de nascidos no Brasil, entre 2011 e 2015, fornecidos pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos em Saúde (CIDACS). Além das informações dos mais de cinco milhões de nascidos entre 2011 e 2015, também foram fornecidas as referências sobre as

respetivas mães. O estudo concluiu que o PBF ajudou a reduzir problemas de saúde em crianças nascidas de mães cujas famílias receberam benefícios. Nas duas gerações seguintes de famílias que receberam os benefícios do PBF, as crianças tinham menos probabilidades de nascer com baixo ou muito baixo peso à nascença e malformações congênitas¹. Ao mesmo tempo, no estudo de Ramos et al. (2021), os investigadores observaram uma associação significativa entre a participação no PBF e a mortalidade infantil entre crianças de 1-4 anos de idade, e descobriram que esta associação era mais forte para as crianças que vivem em cidades do quintil de riqueza mais baixo, cidades com melhores índices de gestão de programa, e para as crianças nascidas prematuras e para as mães negras. Estas descobertas reforçam a evidência de que o PBF tem um grande potencial para melhorar a saúde e a sobrevivência das crianças.

O programa não só aumenta os níveis de rendimento dos beneficiários através de transferências diretas, dando-lhes acesso a uma melhor dieta e recursos sanitários e melhorando a sua capacidade de se protegerem dos riscos sanitários, mas também permite aos beneficiários protegerem-se antecipadamente contra alguns riscos sanitários, estabelecendo as condições necessárias para receberem prestações, tais como controlos de maternidade para mulheres grávidas e vacinas para crianças, e permite-lhes aumentar a sua consciência sanitária.

4.3.2.3 Impacto do PBF sobre a Educação

Como mencionado no texto acima, o PBF tem uma condicionalidade da frequência escolar para as crianças e jovens. Essa condicionalidade não só pode ajudar a evitar faltas abusivas dos alunos, mas também é possível minimizar o fenómeno do trabalho infantil. Ao mesmo tempo, os subsídios do programa para famílias pobres e extremamente pobres asseguram-lhes uma alimentação básica, garantindo assim a permanência dos jovens na ambiência escola.

De acordo com Santos et al. (2019), num estudo deles sobre o impacto do PBF na educação, o PBF demonstrou ter um grande efeito positivo sobre a frequência escolar e

¹ Texto original disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-do-dia/pesquisa-coordenada-por-professora-da-ufpe-analisa-o-impacto-do-programa-bolsa-familia-na-saude-de-maes-e-criancas>

as taxas de evasão. A principal razão para os beneficiários abandonarem a escola são as necessidades de trabalho, por isso a situação é agravada quando as crianças começam a se envolver em atividades remuneradas para reduzir os gastos do orçamento familiar, pois a frequência escolar se torna irregular, muitas vezes levando a atrasos e desistências. Mas depois de receber o benefício do PBF, o dinheiro pode compensar as crianças que não abandonam a escola para trabalhar, de modo que a taxa de evasão pode ser reduzida. A pesquisa também mostra que as escolas que se beneficiam do PBF por mais tempo obtêm melhores resultados nos exames estaduais e reduzem a retenção de alunos.

Além disso, Kern et al. (2017) descobriu que o impacto positivo do PBF na educação era evidente no Nordeste. No Nordeste, PBF aumentou uma probabilidade das crianças se matricularem na escola em mais ou menos 7%. Segundo Weissheimer (2010), no ensino médio, os beneficiários do programa tiveram uma taxa de aprovação superior à média nacional (81,1% contra 72,6%). Nas escolas de ensino fundamental, os números foram semelhantes (80,5% dos beneficiários aprovados contra 82,3% nacionalmente). O indicador de evasão do ensino fundamental também apresentou impacto positivo: 3,6% dos beneficiários evadiram, contra a média nacional de 4,8%. No ensino médio, a taxa de evasão dos beneficiários foi de 7,2%, ante a média nacional de 14,3%. Em 2001, 920.000 crianças em idade escolar estavam fora da escola. Em 2008, esse número caiu para 570.000.

4.3.3 Críticas ao PBF

Embora o PBF tenha causado muito impacto positivo no Brasil, assim como nada no mundo pode ser cem por cento perfeito, o programa também recebeu muitas críticas.

Alguns autores argumentam que o PBF não ajuda significativamente os pobres a aumentar sua renda e não atende às suas necessidades básicas. Silva (2007) destacou o limite do PBF para melhorar os padrões de vida das pessoas pobres e extremamente pobres: O PBF só pode melhorar as condições de vida das famílias pobres brasileiras, não as tirar de seus níveis de pobreza. Ela acredita que a desconexão entre as políticas sociais e macroeconômicas no Brasil provavelmente levará a "reduzir esses programas a uma funcionalidade compensatória ou de mera distribuição de renda insuficiente e incapaz de reverter o quadro social de pobreza e de indigência que marca a sociedade brasileira na contemporaneidade". Segundo Pereira (2011): "Enquanto o mínimo pressupõe supressão

e cortes do atendimento, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados.” O PBF pode ser uma política que satisfaz apenas a renda mínima, não a renda básica.

Como se pode ver na Figura 7 em anexo, a distância entre a região nordeste do Brasil e a região desenvolvida do Sudeste continua a ser grande. Portanto, embora a intenção original do PBF seja louvável, ainda há espaço para melhorias, e ainda há um caminho a percorrer para diminuir a lacuna de desenvolvimento entre a região Nordeste do Brasil e outras regiões mais desenvolvidas.

5. CONCLUSÃO

A principal questão analisada neste trabalho é o desenvolvimento da região nordeste do Brasil. Começa por analisar a situação básica do IDH e do IDHM no Brasil como um todo e na sua região nordeste, bem como as causas profundas dos desequilíbrios de desenvolvimento regional do país, e depois a dissertação analisa as políticas desenvolvidas no Brasil entre 1990 e 2010 para promover o desenvolvimento da região nordeste. O trabalho apresenta também um estudo de caso do projeto Bolsa Família, descrevendo as suas especificidades e analisando os seus resultados.

O principal indicador e referência para a pesquisa neste trabalho é o Índice de Desenvolvimento Humano (Municipal). O IDHM Brasileiro mede os mesmos três indicadores que o IDH global - longevidade, educação e renda. Desde 1990, o IDH do Brasil tem vindo a melhorar muito significativamente. Até 2010, o IDHM para a região Nordeste do Brasil era de 0,663 e todos os estados da região se situavam na faixa de desenvolvimento humano médio. Isto apesar de, até 2010, o IDH na região Nordeste do Brasil ter sido ainda o mais baixo do país. No entanto, podemos ver que nos 20 anos de 1991 a 2010, a região Nordeste teve a maior taxa de crescimento do IDH no país. Em termos de crescimento no índice IDHM, os maiores aumentos no IDHM no Nordeste foram nos índices de longevidade e de renda.

As causas profundas dos desequilíbrios regionais no Brasil são influenciadas pela história, condições naturais e políticas. Na política pública desenvolvida entre 1990-2010, o Plano Plurianual foi a ferramenta de planeamento de médio prazo do governo para reduzir as desigualdades espaciais e sociais por meio da melhoria da infraestrutura

económica. Entre eles, o PPA 1996-1999 e o PPA 2000-2003 (também conhecido como Programa Brasil em Ação e Programa Avança Brasil, respetivamente) formularam políticas específicas para promover o desenvolvimento da região nordeste do Brasil. Além disso, para promover o desenvolvimento regional, o Brasil também estabeleceu instituições e políticas especializadas para promover o desenvolvimento regional, como o Ministério da Integração Nacional e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que visam reduzir as desigualdades nos padrões de vida em todas as regiões do Brasil e promover a igualdade de acesso às oportunidades de desenvolvimento. No nível federal, o principal veículo de financiamento da PNDR é o Fundo Constitucional de Financiamento, que inclui principalmente Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). De acordo com a pesquisa, entre 1995 e 1998, a taxa de emprego das empresas beneficiadas pelo FNE foi de 65,6% a 67,7% superior à das empresas não beneficiárias (Silva & Resende & Silveira, 2006), e o FNE tem um efeito muito positivo na o aumento do emprego.

Ao mesmo tempo, o Programa Bolsa Família, tem sido significativo na promoção do desenvolvimento da região nordeste do Brasil. Concentrando mais de metade dos benefícios pagos pelo PBF, a região Nordeste do Brasil deu um contributo significativo para a redução da pobreza e desigualdade no Nordeste. Através do PBF, as taxas de pobreza e pobreza extrema no Brasil foram significativamente reduzidas, e porque as famílias que recebem prestações PBF são obrigadas a cumprir determinadas condições, tais como um certo nível de frequência escolar para as crianças da família e exames médicos regulares para as mulheres grávidas, para além de procurar reduzir a pobreza a curto prazo através de transferências diretas de rendimentos, a política procura também alterar estruturalmente a situação socioeconómica dos beneficiários O PBF procura também interromper o ciclo de pobreza persistente, melhorando ao mesmo tempo a capacidade dos beneficiários de se protegerem dos riscos de saúde. Ao mesmo tempo, porém, o PBF tem sido criticado por alguns autores por não ajudar significativamente os pobres a aumentar os seus rendimentos, por não satisfazer as suas necessidades básicas e por contribuir para a preguiça dos pobres, entre outras coisas.

Em geral, a autora considera que, apesar de algumas deficiências, as políticas públicas de desenvolvimento regional desenvolvidas na região Nordeste do Brasil entre 1990 e 2010 foram geralmente positivas. As políticas do governo para o desenvolvimento do Nordeste refletem também a sua consciência da importância de combater os desequilíbrios de desenvolvimento regional e a sua determinação em fazê-lo, e acredita-se que estas políticas amadurecerão com o tempo.

Como uma dissertação de mestrado, este trabalho é limitado em extensão e possui muitas imperfeições, que precisam ser aprofundadas e aprimoradas nas pesquisas futuras. Por exemplo, este trabalho usa apenas dados do IDH e do IDHM como base para análise, mas o desenvolvimento de uma sociedade é multifacetado, e mais dados de outros tipos podem ser necessários para apoiá-lo. Ao mesmo tempo, o artigo seleciona apenas algumas políticas representativas para análise, que podem não ser suficientemente abrangentes, ponto que pode ser ampliado e aprofundado nos estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- Brandão, C. (2013). Preface. In D'Aguiar R. F. (Org.). *Essencial Celso Furtado*, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, pp. 19-31, 1st. ed. DOI: 10.1016/j.nic.2013.03.006.
- Brasil (1998). *Programa Brasil em Ação Dois Anos*. Brasília: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. [online]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/programa-brasil-em-acao-2-anos> [consultado em 30 de julho de 2022].
- Brasil (2001). *Anexo I – Diretrizes estratégicas e macroobjetivos* (do decreto n. 4.042 de 13 de dezembro de 2001 - PPA 2000-2003).
- Cano, W. (2002). *Ensaio sobre a formação regional econômica do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Cano, W. (2008). *Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2010*. São Paulo: Editora Unesp, 3rd ed.
- Cardoso, Fernando Henrique (2008). *Avança, Brasil: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. ISBN: 978-85-99662-68-7.
- Cavalcante, Pedro (2007). O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do Planejamento e Orçamento no Brasil. *REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO*. 58. 10.21874/rsp.v58i2.168.
- Cavalcante, Luís (2020). Geographical Coverage of the Regional Development Policies in Brazil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3), pp.151-164. [pdf]. Disponível em: [file:///Users/Administrator/Downloads/monica,+8a-artigo7%20\(9\).pdf](file:///Users/Administrator/Downloads/monica,+8a-artigo7%20(9).pdf) [consultado em 15 de maio de 2022].
- Cavalcanti, Daniella Medeiros et al. (2013). Programa bolsa família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. *Rev. econ. Contemp*, 17(1). [online]. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rec/a/TyXwSPnBQn9pZhvw86SYmQj/?lang=pt>
[consultado em 22 de maio de 2022].

Cavalcanti, Daniella Medeiros et al. (2016). Impactos do programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: Uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. *Economía Aplicada*, 20(2), pp. 173-201. [pdf]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/117010> [consultado em 20 de junho de 2022].

CNI (2018). *FCO, FNE e FNO: fundos constitucionais de financiamento: como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar*. /Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI.

Coelho, V. L. P (2017). A PNDR e a Nova Fronteira do Desenvolvimento Regional Brasileiro. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, 17, pp.11-27, jul.-dez.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2021). *Pesquisa da UFPE analisa o impacto do Programa Bolsa Família na saúde de mães e crianças*. [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-do-dia/pesquisa-coordenada-por-professora-da-ufpe-analisa-o-impacto-do-programa-bolsa-familia-na-saude-de-maes-e-criancas> [consultado em 21 de junho de 2022].

Costa, Frederico L. da & Castanhar, José C (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), pp. 969-992.

DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm [consultado em: 21 maio 2022].

Furtado C., (2009). A Operação Nordeste. In: Furtado C. (Eds.) *O Nordeste e a Saga da Sudene*, Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 29-71.

Garcia, Ronaldo (2000). *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão nº 776.

Gartenkraut, Michal (2002). *Brasil: uma análise do Plano Plurianual PPA 2000/2003*.

Cooperação Técnica BID-Ipea: fortalecimento da função avaliação nos países da América do Sul. Brasília: Ipea.

Gaspar, Lúcia (2003). *O Nordeste do Brasil*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim

Nabuco, Recife. [online]. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. [consultado em 1 de maio de 2022].

IBGE (2010). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA (2006). *A queda recente da desigualdade no Brasil*. Brasília: Ipea. (Nota Técnica).

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas8.pdf>. [consultado em 20 de junho de 2022].

IPEA (2010). *A Evolução Recente dos Rendimentos do Trabalho e o Papel do Salário*

Mínimo. Brasília: Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas8.pdf>. [consultado em 20 de agosto de 2022].

IPEA (2012). *Presença do Estado no Brasil*. Brasília: IPEA.

Kern, Ana Paula et al. (2017). *Impacto do Programa Bolsa Família na Educação das Crianças*. ANPEC. [pdf]. Disponível em:

https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i12-00e6a236f55d70ceed173a082b0e15a9.pdf [consultado em 23 de junho de 2022].

Lamoso, Lisandra Pereira (2012). "Neodesenvolvimentismo" brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. *Sociedade & Natureza*, 24(3), pp. 391-403.

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm [consultado em: 22 maio 2022].

LEI No 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003. Disponível em

<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1999/28/contents> [consultado em: 21 maio 2022].

- Loureiro Gama, M., & Urquiza Baracho, H. (2017). A FORMAÇÃO DA DESIGUALDADE REGIONAL, SUAS PREMISAS E A QUESTÃO DO NORDESTE BRASILEIRO. *Direito E Desenvolvimento*, 5(10), pp. 235 - 254. Disponível em: <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v5i10.269> [consultado em 8 de maio de 2022].
- Macedo, C. M. & Mattos, E. N. (2008). O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. *Ensaio FEE*, 29(2), pp. 355-384.
- Macedo, F.C. et al. (2017). 25 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *EURE (Santiago)*. 43, pp.257-277. 10.4067/S0250-71612017000200012.
- Matais, Andreza (2006). *Para CNBB, Bolsa Família "vicia e acomoda"*. [online]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86805.shtml> [consultado em 27 de junho de 2022].
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (1999). *Ações Setoriais para o Aumento da Competitividade da Indústria Brasileira*. [online]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/spi/asac/asac0000.htm> [consultado em 16 de maio de 2022].
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (2010). *Bolsa Família: Cidadania e Dignidade para Milhões de Brasileiros*. Brasília, DF: MDS. [online]. Disponível em: <http://dataspace.princeton.edu/jspui/handle/88435/dsp01jq085n248>. [consultado em 21 de junho de 2022].
- Milani, A. M. R. & Pessoa, S. R. N. (2015). Considerações sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003 2010) e o Nordeste. *Revista Nexos Econômicos (CME-UFBA)*, 9(2), pp. 75-102, jul-dez.
- Ministério da Cidadania (s.d.). *Bolsa Família*. [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia> [consultado em 4 de junho de 2022].

Ministério dos Desenvolvimento Regional do Brasil (s.d.). *Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO)*. [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco> [consultado em 16 de maio de 2022].

Ministério do Desenvolvimento Social (2006). *Manual das Condicionalidades*. Brasília, DF.

Ministério da Integração Nacional (2005). *Fundos Constitucionais de Financiamento*. [online]. Disponível em: www.integracao.gov.br.

Ministério da Integração Nacional – MI (2010). *Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais*. Brasília (DF): MI.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2012). *30/11 - Orçamento do Bolsa Família cresce 60% para 2013*. [online]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2012/11/30-11-orcamento-do-bolsa-familia-cresce-60-para-2013 [consultado em 20 de junho de 2022].

Ministério das Relações Exteriores (2021). *As 15 maiores economias do mundo*. [online]. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/publicacoes/estatisticas/as-15-maiores-economias-do-mundo> [consultado em 20 de junho de 2022].

Morais, José Mauro de (2006). "Avaliação de Programas Especiais de Crédito Para as Micro, Pequenas e Médias Empresas," Discussion Papers 1190, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Moreira, R. (2014). *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2nd ed.

Moura, Eliana & Pereira, Gislaine (2017). Desenvolvimento Humano – Repesando Conceitos no Âmbito Interdisciplinar. *Revista Contrapontos*, 17(4), pp. 717-728. [pdf]. Disponível em: <file:///Users/Administrator/Downloads/10169-32741-1->

[PB.pdf](#) [consultado em 5 de abril de 2022].

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2001). *Avança Brasil, Entendo o PPA*. Brasília, DF: BRASIL/MPOG.

Nussbaum, M. (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach (The Seeley Lectures)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Oliveira, Diego Maciel de & Barden, Júlia Elisabete (2015). O Que é Desenvolvimento. *Revista de Ciências Gerenciais*, 19(29), pp. 8-16. [pdf]. Disponível em: <file:///Users/Administrator/Downloads/2797.pdf> [consultado em 5 de abril de 2022].

Oliveira, F. de. (2003). *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, F. de. (2008). *Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, Julio (2006). EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL E DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. *Análise*, 17(1), pp.27-46.

Pellini, Maurício Penna Firme (2019). Período Neodesenvolvimentista no Brasil. *REVISTA HABITUS*, 17(1), pp. 37-54.

Pereira, Potyara A. P. (2011). *Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais 6.ed.* São Paulo: Cortez.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (s.d.b). *O que é o IDH*. [online]. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh> [consultado em 22 de junho, 2022].

PNUD (s.d.c). *O que é RDH*. [online]. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-rdh> [consultado em 7 de julho, 2022].

PNUD & IPEA & FJP (2013). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP.

- PNUD & IPEA & FJP (2016). *Desenvolvimento Humano nas Macrorregiões Brasileiras*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP.
- PNUD (s.d.a). *Desenvolvimento Humano e IDH: Pnud Brasil*. [online]. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/introducao.html> [consultado em 8 de abril, 2022].
- Ramos, Dandara et al. (2021). Conditional cash transfer program and child mortality: A cross-sectional analysis nested within the 100 Million Brazilian Cohort. *PLOS Medicine*, 18. e1003509. 10.1371/journal.pmed.1003509.
- Ramos, Marília Patta & Schabbach, Leticia Maria (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 46(5), pp.1271-1294. [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>.
- Resende, G. M. (2012). Measuring micro- and macro-impacts of regional development policies: the case of the FNE Industrial loans in Brazil, 2000-2006. *Regional studies*.
- Resende, Guilherme Mendes et al. (2015). Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 11, Ipea.
- Resende, G. M. (2017). *Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)*. Brasília: IPEA.
- Santos, Eugênio Andrade Vilela dos (2011). O confronto entre O planejamento governamental e o PPA. In: CARDOSO JR. José Celso (org.) *A reinvenção do planejamento governamental no Brasil*, Brasília: Ipea, v.4.
- Santos, Silva et al. (2019). Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24. 2233-2247. 10.1590/1413-81232018246.19582017.
- Sen, Amartya (2003). Development as capability expansion. In: Fukuda-Parr S, et al. (Eds.) *Readings in Human Development*, New Delhi and New York: Oxford

University Press, pp.41-58.

Sen, Amartya (1993). Capability and Well-Being. In: M. Nussbaum and A.K. Sen (Eds.) *The Quality of Life*, Oxford: Oxford University Press.

Sen, Raj Kumar. & Sinha, Ajit Kumar. & Indian Economic Association. (2000). *Economics of Amartya Sen / edited by Ajit Kumar Sinha and Raj Kumar Sen Deep & Deep Publications New Delhi*.

Senra, K. V. (2011). Cinquenta anos de políticas públicas federais de desenvolvimento regional no Brasil. In: Rodrigo de Faria, Benny Schvarsberg. (Org.). *POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL*. 01ed. Brasília: FAU-UNB, v. 01, pp. 168-194.

SEP - Secretaria de Economia e Planejamento (s.d.) *Plano Plurianual (PPA)*. SEP. [online]. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa> [consultado em 30 de julho de 2022].

Silva, Alexandre & Resende, Guilherme & Silveira-Neto, Raul. (2006). Avaliação Econômica dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Discussion Papers.

Silva, Alexandre & Silveira-Neto, Raul (2009). Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO e FCO. *Estudos econômicos*, 39(1), pp. 89-125.

Silva, Maria Ozanira da (2007). O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 12(6). [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9bwbjBR9h4GtvChDNTZhdMH/?lang=pt> [consultado em 27 de junho de 2022].

Silva, Roselani Maria Sodré da (2017). *A participa o nos fóruns das mesorregiões metade sul do RS e grande fronteira do Mercosul: um estudo sobre novas instâncias de governança territorial participativa (2007-2013)*. Disserta o do Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172973> [consultado em 21 de maio de 2022].

- Silva, Sandro Pereira da (2016). Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. *Rev. Serv. Público Brasília*, 67 (3), pp. 351-376.
- Silva, Simone Affonso da (2013). A regionalização do espaço brasileiro nos Planos Plurianuais (PPA) e na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), *Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Lima-Peru. [online]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319929579_A_regionalizacao_do_espaco_brasileiro_nos_Planos_Plurianuais_PPA_e_na_Politica_Nacional_de_Developi_mento_Regional_PNDR [consultado em 27 de julho de 2022].
- Silva, Simone Affonso da (2017). Regional Inequalities in Brazil: Divergent Readings on Their Origin and Public Policy Design. *EchoGéo*, 41 | 2017. [online]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/echogeo/15060>; DOI: <https://doi.org/10.4000/echogeo.15060> [consultado em 20 de junho de 2022].
- Soares, R. & Sousa, J. & Pereira Neto, A. (2009). Avaliação de impactos do FNE no emprego, na massa salarial e no salário médio em empreendimentos financiados. *Revista econômica do Nordeste*, 40(1), pp. 217-234.
- Soares, Jair & Quintella, Rogério (2008). Development: An Analysis of Concepts, Measurement and Indicators. *Brazilian Administration Review*, 5(2), pp. 104-124. [pdf]. Available from: <https://www.scielo.br/j/bar/a/5SHFxb5cBhrQtBM6GXWy3tp/?lang=en&format=pdf> [accessed 5 April 2022].
- Souza, Pedro et al. (2019). *Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Rio de Janeiro: Ipea. [online]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf [consultado em 20 de junho de 2022].
- Tavares, Priscilla & Pazello, Elaine (2006). UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA FEDERAL: FOCALIZAÇÃO E IMPACTO NA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA.

The World Bank (n.d.) *Índice de Gini – Brasil*. [online]. Available from: <https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI?end=2010&locations=BR&start=1990> [accessed 20 June 2022].

United Nations Development Programme (UNDP) (1990). *Human Development Report 1990: Concept and Measurement of Human Development*. New York: United Nations Development Programme. [online]. Available from: <https://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990> [accessed 10 April 2022].

UNDP (1990-2020). *Human Development Report 1990-2020*. New York: United Nations Development Programme. [Online]. Available from: <https://hdr.undp.org/en/global-reports> [accessed 18 April 2022].

UNDP (2002). *The Arab Human Development Report 2002: Creating opportunities for future generations*. New York: United Nations Development Programme, Regional Bureau for Arab States. [online]. Available from: <https://www.unlibrary.org/content/books/9789210059039c006> [accessed 6 April 2022].

UNDP (2020). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira - O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. New York: United Nations Development Programme. [online]. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%B3xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno> [consultado em 7 de julho de 2022].

Yang, Zhimin (2013). The Enlightenment of Brazil's Governance of Regional Unbalanced Development. *People's Tribune*, (8), pp.20-23.

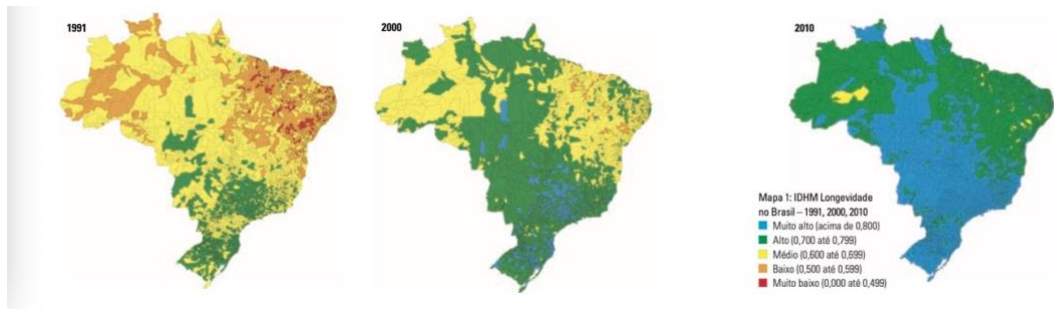
Wang, Xueyi et al. (2016). *Regional Demographic Studies*. Chengdu: Southwestern University of Finance and Economics Press, pp. 216.

Wang, Yanping (2006). Amartya Sen's Approach of Capabilities: Applications in Development Economics. *Economic Theory and Business Management*, (4): pp. 27-32.

Weissheimer, Marco Aurélio (2010). O impacto do Bolsa Família na educação brasileira. *Carta Maior*, 13 de mai. [online]. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16596. [consultado em 27 de junho de 2022].

ANEXOS

Mapa 1 – IDHM Longevidade no Brasil -1991, 2000, 2010



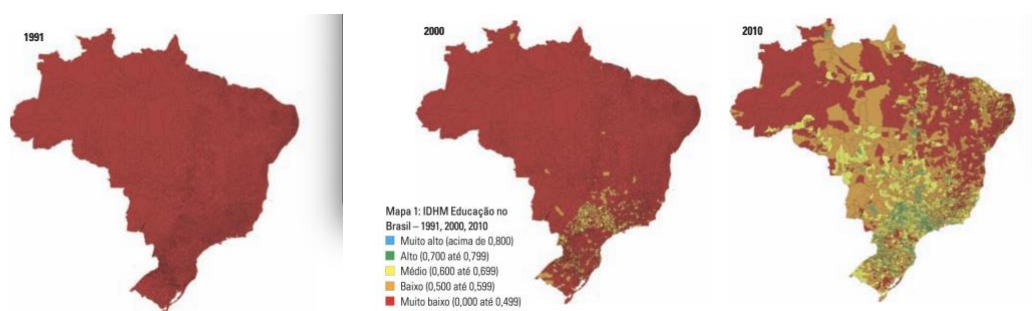
Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Mapa 2 – Evolução do IDHM Longevidade a Partir da Média de Crescimento Brasileira para 2000 e 2010



Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Mapa 3 – IDHM Educação no Brasil – 1991, 2000, 2010



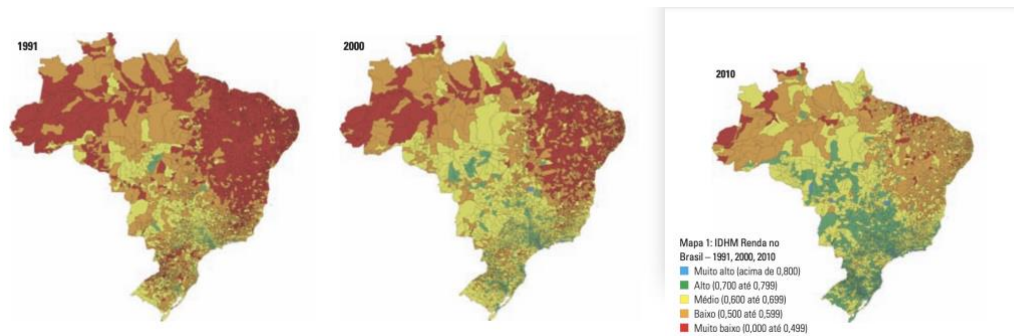
Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Mapa 4 – Evolução do IDHM Educação a Partir da Média de Crescimento Brasileira para 2000 e 2010



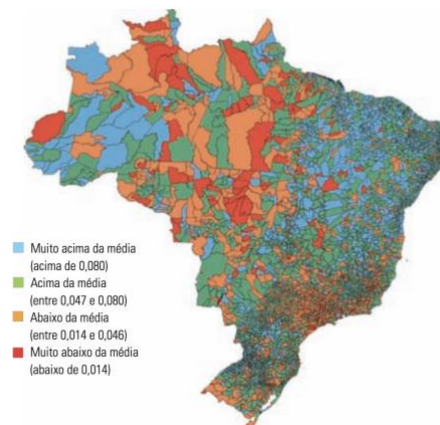
Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Mapa 5 – IDHM Renda no Brasil – 1991, 2000, 2010



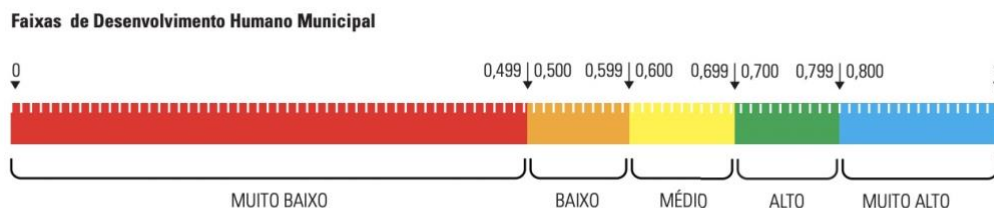
Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Mapa 6 – Evolução do IDHM Renda a Partir da Média de Crescimento Brasileira para 2000 e 2010



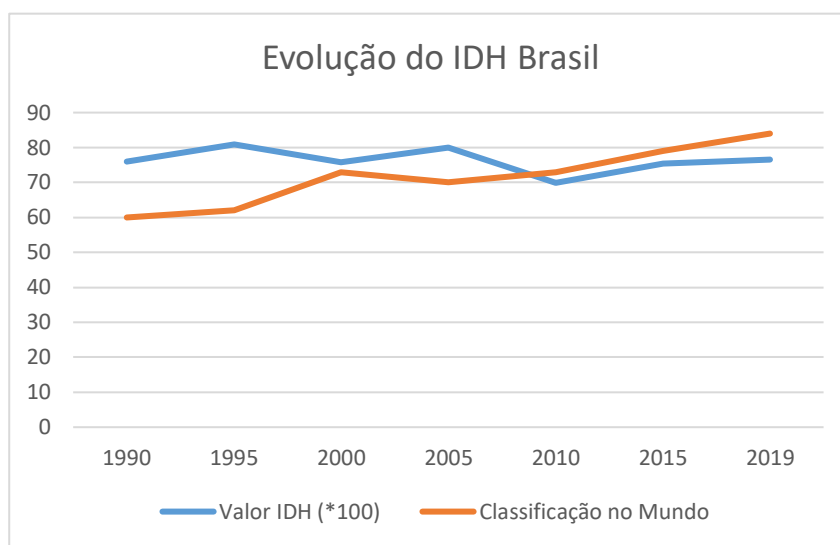
Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Figura 2 – Evolução do IDH Brasil



Fonte: UNDP, 1990-2020

Figura 3 – Dimensão Índices e Indicadores

DIMENSÃO ÍNDICES E INDICADORES		1991	2000	2010
	IDHM	0,493	0,612	0,727
Longevidade	IDHM Longevidade	0,662	0,727	0,816
	Esperança de vida ao nascer (anos)	64,7	68,6	73,9
Educação	IDHM Educação	0,279	0,456	0,637
	Subíndice: Escolaridade da população adulta	0,301	0,398	0,549
	População com 18 anos de idade ou mais que concluiu o ensino fundamental (%)	30,1	39,8	54,9
	Subíndice: Fluxo escolar da população jovem	0,268	0,488	0,686
	População de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola (%)	37,3	71,5	91,1
	População de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental*(%)	36,8	59,1	84,9
Renda	População de 15 a 17 anos de idade com o ensino fundamental completo (%)	20,0	39,7	57,2
	População de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo (%)	13,0	24,8	41,0
	IDHM Renda	0,647	0,692	0,739
	Renda mensal per capita (R\$)	447,56	592,46	793,87

*Anos finais: 6º ao 9º ano do ensino fundamental Fonte: IPEA, PNUD e FJP

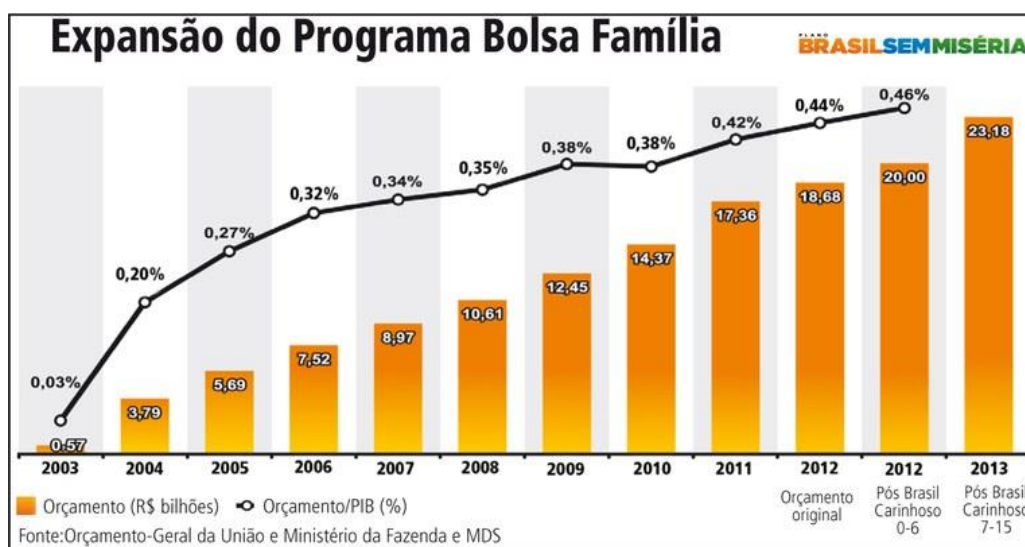
Fonte: PNUD & IPEA & FJP, 2013

Figura 4 – Estados no Nordeste do Brasil

ESTADO	CAPITAL	ÁREA TOTAL (em km ²)	POPULAÇÃO
Maranhão (MA)	São Luís	331.935,507	6.574.789
Piauí (PI)	Teresina	251.576,644	3.118.360
Ceará (CE)	Fortaleza	148.920,538	8.452.381
Rio Grande do Norte (RN)	Natal	52.810,699	3.168.027
Paraíba (PB)	João Pessoa	56.469,466	3.766.528
Pernambuco (PE)	Recife	98.146,315	8.796.448
Alagoas (AL)	Maceió	27.779,343	3.120.494
Sergipe (SE)	Aracaju	21.918,354	2.068.017
Bahia (BA)	Salvador	564.830,859	14.016.906

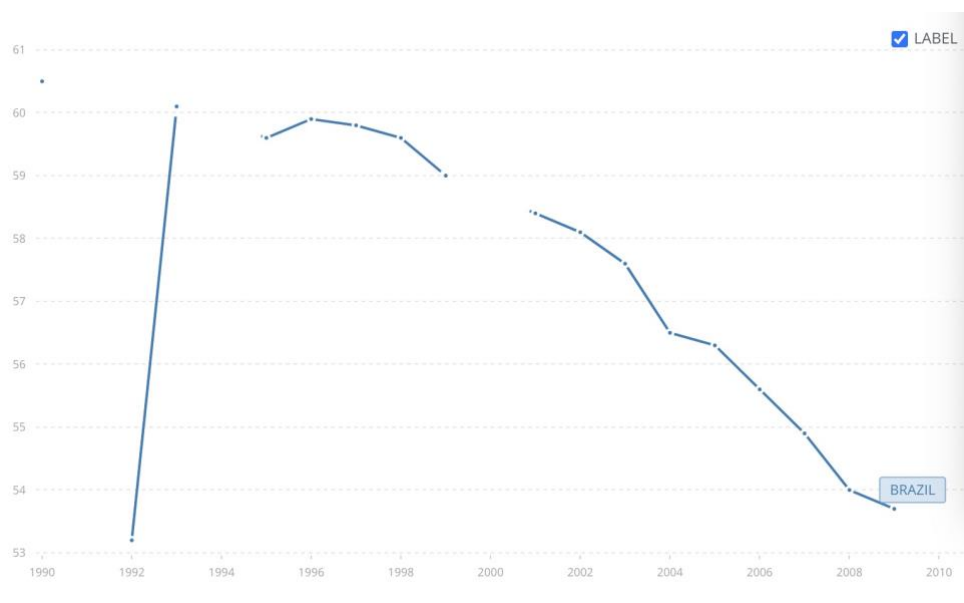
Fonte: Gaspar, 2003, citado em IBGE, 2010

Figura 5– Expansão do Programa Bolsa Família



Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2012

Figura 6– Índice de Gini – Brasil, 1990-2010



Fonte: The World Bank, n.d.

Figura 7 – Diferença entre os PiB regionais per capita e os PIBs per capita do Brasil e da Região Sudeste (em %)

REGIÃO	ANO						
	1985	1990	1995	2000	2003	2005	2010
Norte/Brasil	-43,3	-40,6	-40,9	-39,7	-35,9	-33,2	-35,7
Norte/Sudeste	-61,6	-58,2	-56,6	-54,7	-50,5	-48,5	-51,1
Nordeste/Brasil	-63,4	-59,0	-54,7	-53,6	-53,1	-51,9	-51,6
Nordeste/Sudeste	-75,3	-71,2	-66,8	-65,1	-63,8	-62,9	-63,2
Sudeste/Brasil	+47,8	+42,1	+36,3	+33,0	+29,7	+29,9	+31,5
Sul/Brasil	0,0	+4,7	+13,0	+17,5	+20,5	+15,4	+15,0
Sul/Sudeste	-32,3	-26,4	-17,1	-11,7	-7,1	-11,1	-12,6
Centro-Oeste/Brasil	+4,3	+18,1	+16,4	+20,9	+27,9	+28,8	+26,2
Centro-Oeste/ Sudeste	-29,4	-16,9	-14,6	-9,1	-1,4	-0,8	-4,0

Fonte: Macedo et al., 2017